



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16251 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT15 - Educação Especial

O CICLO DE POLÍTICAS COMO ANÁLISE DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS EM FEIRA DE SANTANA-BA

Camila Bahia Goes - UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana

Barbara Coelho Neves - UFBA - Universidade Federal da Bahia

O CICLO DE POLÍTICAS COMO ANÁLISE DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS EM FEIRA DE SANTANA-BA

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado da Tese de Doutorado vinculado ao Programa de Educação da Faculdade de Educação pela Universidade Federal da Bahia – FAGED/UFBA, a qual teve como objetivo geral, analisar as políticas educacionais inclusivas no município de Feira de Santana-BA, a partir dos contextos (de influência, da produção e da prática), para garantir o direito à educação inclusiva nas Salas de Recursos Multifuncionais.

Historicamente, nem sempre pôde se falar de políticas que defendessem a inclusão, ao contrário desta proposta, se legitimou por muito tempo as práticas de exclusão e segregação, as quais excluem e segregam determinados grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola, reforçadas por uma lógica social baseada no capital e no mercado e um “Estado que incorpora cada vez mais os valores propugnados por esse ideário, se acentuando com as reformas neoliberais” (De Souza, 201, pg. 22).

Para fins da discussão deste trabalho, considera-se importante destacar a década de 1990, devido ao seu movimento mundial em concordância e legitimação

da necessidade de se romper com paradigmas voltados para exclusão, segregação e integração dos sujeitos com deficiência, entendendo sobretudo que a educação é um direito de todos e que a busca pela inclusão se apresenta como proposta para ampliar a participação de todos, com ou sem deficiência, nas instituições de ensino regular, sem distinção, desencadeando o direito dos estudantes a estarem juntos no processo de escolarização, participando e aprendendo através de diversas formas.

No que diz respeito ao âmbito brasileiro, a partir deste período, aconteceram grandes modificações no campo educacional no que diz respeito às Políticas Públicas Educacionais, principalmente ocasionadas por conta de tais parcerias e acordos, havendo significativas mudanças de paradigmas e aplicabilidades de ensino, seguindo a ordem das políticas neoliberais do Estado.

Neste período, reforçou-se a necessidade de políticas públicas que busquem garantir a inclusão no contexto educacional e que a partir dessas, se rompa com uma lógica baseada em práticas excludentes e de segregação, que reverberem na desigualdade social.

O Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) é visto, neste contexto, com uma proposta necessária à política inclusiva, justamente por legalizar a disposição de espaços apropriados para que ocorra o Atendimento Educacional Especializado. E, mesmo considerando o fato abordado por Mendes (2010, p. 15) que “[...] nem sempre os dispositivos legais conseguem ser implementados na prática, visto a realidade complexa e dinâmica que envolve os sistemas escolares”, este programa é resultado de muita luta política e social que entorna o paradigma de inclusão.

Entendendo as SRM como marco importante para a promoção de uma política pública inclusiva, a pesquisa apresentada surgiu da seguinte inquietação: *Como as políticas educacionais se desenvolveram no município de Feira de Santana-BA, a partir dos contextos (de influência, da produção e da prática), no sentido de garantir o direito à educação inclusiva nas Salas de Recursos Multifuncionais?*

Para fins de responder tal questionamento, o estudo apresentado teve como objetivo geral analisar as políticas educacionais inclusivas no município de Feira de Santana-BA, a partir dos contextos (de influência, da produção e da prática), para garantir o direito à educação inclusiva nas Salas de Recursos Multifuncionais.

A pesquisa se constituiu a partir da abordagem metodológica do Ciclo de Políticas de Ball e Bowe (1992), por ser considerada não somente metodológica, mas também, teórica, e que analisa os contextos distintos, porém, inter-

relacionados, que configuram a política investigada, em seu nível macro e micro. E, contou com etapas de pesquisa bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo com o instrumento de entrevista aplicado com 10 profissionais do município de Feira de Santana- Bahia, dentre elas, coordenadoras e diretoras do Centro de Inclusão do município, como também, professoras do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

2 O CICLO DE POLÍTICAS COMO ABORDAGEM EPISTEMETODOLÓGICA

A pesquisa supracitada se constituiu a partir da abordagem metodológica do Ciclo de Políticas de Ball e Bowe (1992), por ser considerada uma abordagem não somente metodológica, mas também, teórica, e que analisa os contextos distintos, porém, inter-relacionados, que configuram a política investigada, foi considerado importante a construção de um capítulo teórico-metodológico da abordagem do Ciclo de Políticas.

A abordagem do Ciclo de Políticas apresentada por Stephen Ball e Richard Bowe, pesquisadores ingleses da área de políticas educacionais, é apresentada enquanto referencial teórico-analítico não estático, mas, principalmente, por sua característica flexível e dinâmica. A partir de 1992, tais autores rejeitaram os modelos de política educacional que separavam as fases de formulação e de implementação, acreditando que eles ignoram as disputas e os embates sobre a política e reforçam a racionalidade do processo. Ball e Bowe (1992) consideram que os profissionais que atuam nas escolas não são totalmente excluídos dos processos de formulação ou implementação de políticas, e que estes, não são momentos dicotômicos, o que reforça a ideia da proposta de uma análise de política multifacetada e muito mais complexa.

Os autores indicam que o foco da análise de políticas deveria incidir sobre a formação do discurso da política e sobre a interpretação ativa que os profissionais que atuam no contexto da prática fazem para relacionar os textos da política à prática. Isto envolve identificar processos de resistência, acomodações, subterfúgios e conformismo dentro e entre as arenas da prática e o delineamento de conflitos e disparidades entre os discursos nessas arenas. Para tanto, os autores propuseram um ciclo contínuo constituído por três contextos principais: *o contexto de influência, o contexto da produção do texto e o contexto da prática*. Esses contextos estão inter-relacionados, não tem uma dimensão temporal ou sequencial e não são etapas lineares. Cada um desses contextos apresenta arenas, lugares e grupos de interesse e cada um deles envolve disputas e embates (Bowe, et al., 1992).

Ao considerar que os contextos não são lineares, muito menos estáticos, e

ainda mantidos por uma relação complexa de aproximação da política à prática da mesma, os autores apontaram seu caráter heurístico, classificando os aspectos contextuais divididos em contextos situados, culturas profissionais, materiais e contextos externos, justamente por compreenderem que não há como homogeneizar os contextos das escolas. Defendem assim, que cada escola possui situação única, seja nos aspectos históricos, na infraestrutura ou no perfil de pessoal, e tudo isso deve ser levado em consideração na análise das políticas, mas que muitas vezes, não é considerado.

Dessa forma, a análise do ciclo de políticas se distancia das abordagens lineares e hierárquicas que propõem a formação de agenda, formulação, implementação, avaliação e reajuste, o que prevalecia a ideia da política em seu discurso ou produção, e descaracterizava a importância da ação na prática de tal política, ou seja, os pesquisadores dessas abordagens vêm como alteração das políticas, o que é derrubado com a proposta do ciclo de políticas. Os autores apresentam a defesa de que as políticas são cruas, limitadas enquanto proposta e é justamente o contexto da prática, pela participação dos sujeitos atuantes das escolas, se dá a complexidade da análise e resulta na produção de mais um contexto, o dos resultados/efeitos, que se dá de forma singular, partindo de cada realidade.

O ciclo de políticas é caracterizado por Ball, enquanto um “método”, uma maneira de pesquisar e teorizar a política, entretanto, que se dá de forma complexa, principalmente, pela utilização ontologicamente flexível e epistemologicamente pluralista. A abordagem do ciclo de políticas surge na década de 1990 e uma de suas complexidades se dá por entender que a atuação das políticas envolve processos criativos de interpretação e tradução e que são percebidos e realizados a partir dos diferentes contextos sociais. Os autores são otimistas em relação ao espaço de autonomia dos professores diante deste processo, porém, o que se percebe em relação ao contexto brasileiro que cada vez mais existe essa perda de autonomia, devido aos pacotes oferecidos de assessoria que contemplam currículo, avaliação, etc. Ou seja, um processo mais dirigido, já pronto e acabado, que conduz, de certa forma, a minimização dessa autonomia por parte do professorado, como também, o pensamento e a própria identidade dos mesmos.

A teoria da atuação foi formulada através das contribuições de Foucault (1976), para ser apresentada enquanto “conjunto de pilares pontilhados, não sendo algo totalmente acabado e definitivo”, como afirma Mainardes; Gandin (2013, p. 145). A teoria e o ciclo de políticas, defendida por Ball e Bowe, consegue articular diferentes perspectivas que constituam o referencial teórico, mas que permaneçam entrelaçadas.

Portanto, tal epistemologia auxilia o pesquisador na definição de ferramentas teórico-metodológicas, partindo da análise crítica dos contextos que se configuram a abordagem do ciclo de políticas: contexto de influência, contexto de produção de texto, contexto da prática, dentre outros.

Na concepção do ciclo de políticas não existe uma hierarquização entre os contextos, o que significa dizer que o contexto de influência não é mais importante que os demais contextos necessários à elaboração e atuação de uma política. Isso é o que justifica o conceito de ciclo, ou seja, “a ideia é que os diversos contextos acabam por formar um movimento cíclico em que um influencia o outro, fazendo com que uma modificação ao longo do processo altere o ciclo como um todo”. (SUDBRACK; DUSO, 2009, p.46)

Destaca-se a necessidade nessa abordagem, do olhar crítico diante da política a qual foi investigada, dentro dos seus diversos contextos, a fim de analisar a política para além do que está escrito, mas, que reflita criticamente as relações de poder, o papel e a função do Estado, como também, as desigualdades sociais impelidas desde a formulação da política até a sua prática. O que, por sua vez, não se configura um papel fácil, visto que estamos falando de períodos e movimentos distintos que impactam diretamente na atuação de tal política a ser investigada.

De acordo com Ball e Bowe (1992), o contexto da prática é onde a política está sujeita à interpretação e recriação e onde a política produz efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original. Ao questionar o conceito de “implementação”, Ball possibilitou aos pesquisadores da política identificar os

[...] processos de interpretação, tradução e recriação das políticas no contexto da prática, entendendo-os não como uma distorção da política oficial, mas como possibilidades de ajustamentos que são necessários para que as políticas possam atender de forma mais satisfatória as necessidades e demandas dos sujeitos “usuários” da política. (MAINARDES; GANDIN, 2013, p.157)

Dessa forma, percebe-se que o contexto da prática é dinâmico, complexo, multifacetado, justamente por denotar a defesa de que as políticas são cruas, limitadas enquanto proposta, porém, a prática tem sujeitos, subjetividades e ações distintas. As políticas não são meramente implementadas, são recriadas, reinterpretadas e recontextualizadas no contexto da prática, originando a teoria da atuação e rejeitando o termo de “implementação”. As escolas precisam se adaptar às políticas, precisam colocá-las em ação, para tanto, envolvem múltiplos ajustamentos, considerados secundários, ou seja, adaptações. Como dito anteriormente, toda política tem um texto, ele precisa ser lido, interpretado e depois a tradução vai envolver a criação de estratégias para colocar a política em ação.

Uma política educacional não é “somente aplicada” dentro do contexto da

prática, quando ela é implantada, ela está sujeita a recriação ou adaptação, mudanças. O ambiente escolar não é inerte ao texto da política, os profissionais escolares que ali estão, possuem vivências, experiências, opiniões que influenciam o funcionamento das políticas. Dessa forma, a pesquisa analisou com muito cuidado as falas dos participantes da mesma, a fim de dar voz a tais sujeitos percebendo como as SRM em Feira de Santana- BA se reinterpretem a partir desses lugares.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Toda política que é formulada, além das influências a nível macro e micro, é transformada em texto para que se apresente aos âmbitos envolvidos, no caso da educação, as escolas, seus gestores e professores. E a partir disso, os locais e lugares através dos profissionais envolvidos que a política será desenvolvida na prática, representando assim, o contexto da prática. Quando as políticas chegam nas escolas, elas passam por um processo de recontextualização, de interpretação, de tradução principalmente pelas políticas não respeitarem as diversidades dos contextos, sendo necessário a adaptação dos profissionais diante da política.

Nessa direção, Dale (2001) chama atenção para a “agenda globalmente estruturada para a educação” um projeto educacional comum apoiado em um discurso uniforme, para ser implementado em diferentes regiões do mundo, o qual produz resultados diferentes em países distintos mediados pela divisão internacional do trabalho.

A pesquisa através do Ciclo de Políticas resultou em dois capítulos nomeados de: Contextos de produção e de influências das/nas políticas educacionais inclusivas; e, uma análise de influências e de práticas em/nas Salas de Recursos Multifuncionais no município da Feira de Santana-BA.

O capítulo *contextos de produção e de influências das/nas políticas educacionais inclusivas* apresentou as influências das/nas produções de políticas educacionais inclusivas que revela e analisa as políticas, a nível internacional, que tiveram destaque a partir da década de 1990, com o movimento político e social, sobre a eminência do paradigma de inclusão e como o Brasil foi se estabelecendo como país proveniente de tal paradigma. Da mesma forma que apontou e contextualizou como as influências dos organismos internacionais desencadearam as políticas inclusivas do Brasil até chegar à análise do surgimento das salas de recursos multifuncionais, tendo como recorte das políticas inclusivas do município de Feira de Santana-Bahia. Segundo Mainardes (2007, p. 29) “[...] é onde as políticas públicas são iniciadas e os discursos políticos são construídos”.

No que diz respeito ao segundo capítulo, *análise de influências e de práticas em/nas Salas de Recursos Multifuncionais no município da Feira de Santana-BA*, foi feito um panorama da educação especial na perspectiva inclusiva em Feira de Santana – BA a partir da discussão ampla e geral sobre a transição da Divisão de Ensino Especial para o Centro de Inclusão, contextualizando sobretudo, as ações formativas e políticas que implicaram e implicam na realidade do número das salas de recursos multifuncionais do município no contexto atual e estudantes Público Alvo da Educação Especial (PAEE) matriculados e atendidos.

Da mesma forma que, discutiu as possibilidades e desafios lançados no percurso vivido do município diante da proposta de garantir as salas de recursos como política de inclusão. Não somente isso, abordou as possibilidades e desafios frente a atuação das salas de recursos pelas professoras do AEE diante da reinterpretação das mesmas. fica evidente a desresponsabilização dos sistemas de ensino com o público alvo da educação especial ao usar o termo preferencial. A autora Mantoan (2015, p. 22), defende que “problemas conceituais, desrespeito a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, reduzindo-a unicamente à inserção de alunos com deficiência no ensino regular.”

Dessa forma, a partir do Ciclo de Políticas foi percebido na pesquisa realizada uma discussão dos pontos ligados às dimensões contextuais (contextos situados, profissionais, materiais e externos) que estão presentes diretamente na atuação da política da sala de recursos, tais como: organização sobre as salas de recursos nas escolas; características, infraestrutura, espaço físico e materiais das escolas e concepções dos professores sobre educação inclusiva.

A Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais no município de Feira de Santana, as salas passaram a ser implantadas a partir do ano de 2007, conforme a Portaria nº13/07. Na oportunidade, implantadas e acompanhadas pela Divisão de Ensino Especial, setor na época responsável pelas políticas de inclusão da Secretaria de Educação (SEDUC/FSA).

Avaliasse a importância dos dados encontrados e apresentados na pesquisa diante do tema de educação inclusiva a fim de que se propôs enquanto objetivo geral, analisar as políticas educacionais inclusivas no município de Feira de Santana-BA, a partir dos contextos (de influência, da produção e da prática), para garantir o direito à educação inclusiva nas Salas de Recursos Multifuncionais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fim de se alcançar o objetivo proposto pelo estudo foi importante ter como

base teórico-metodológico a abordagem do ciclo de políticas para delinear a pesquisa não somente sobre a Portaria da Implantação da SRM de forma isolada, mas sim, contextualizada em seu nível macro e micropolítico, como também, analisar a atuação dos professores das salas de recursos como fundamentais para colocar a política em ação.

É importante destacar que a pesquisa de doutoramento mostrou os possíveis campos/arenas políticos, visto que as colaboradoras apresentaram em suas falas concepções e perspectivas distintas que revelam a congruência da atuação governamental do município anterior e o vigente em relação ao movimento da inclusão, revelando-se por sua vez, a influência dessa relação com a política das SRM na cidade.

A pesquisa apresentou que os padrões socioculturais, ainda na conjuntura atual, permanecem contrário a concepção de inclusão, devido inclusive a prevalência de um ideário construído socialmente de um sujeito dotado de capacidade intelectual, física, comportamental homogêneo e padronizado, e a escola, por sua vez, rechaça tudo que foge deste ideário, sendo alvo de preconceito, discriminação através de práticas de segregação e excludentes.

REFERÊNCIAS

BALL, S. J. **Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional.** In: Currículo sem fronteiras, v.6, n.2, p. 10-32, jul/dez. 2006.

BOWE, R.; BALL, S.; GOLD, A. **Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology.** London: Routledge, 1992.

DE SOUZA, Lucimêira Rodrigues. **Um estudo sobre a atuação representativa nos Conselhos dos Direitos da Pessoa com Deficiência.** Tese de Doutorado. Universidade do Estado da Bahia, UNEB, Brasil, 2016.

GLAT, R. & NOGUEIRA, M. L. de L. **Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil.** In: Revista Integração. vol. 24, ano 14; Brasília: MEC/SEESP, p.22-27.2002.

MAINARDES, J.; GANDIN, L. A. **A Abordagem do ciclo de políticas como epistemologia: usos no Brasil e contribuições para a pesquisa sobre políticas educacionais.** In: TELLO, C., ALMEIDA, M. L. P. (orgs.) Estudos epistemológicos no campo da pesquisa em política educacional. Campinas,SP: Mercado de Letras, 2013, p.

143-167.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas, uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educ. Soc.**, Campinas, v.27, n.94, p. 47-69, jan/abr. 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008

MENDES, Enicéia G. **Observatório Nacional de Educação Especial: estudo em rede nacional sobre as Salas de Recursos Multifuncionais nas escolas comuns**. Projeto 039. São Carlos: UFSCar, 2010.

SUDBRACK, Edite Maria; DUSO, Ana Paula. **Análise da enturmação à luz do Ciclo de Políticas – uma contribuição às políticas educacionais**. 2009. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/simposio2009/86.pdf>. Acesso em: 21 out. 2023.